UCA
Pontificia Universidad Católica Argentina
Biblioteca digital
de la Universidad Católica Argentina

Omena, Luciane Munhoz de

As mulheres fictícias nas Metamorfoses, de Lúcio Apuleio: entre a ação e a conformação ao uni-verso masculinizado

Stylos Nº 17, 2008

Este documento está disponible en la Biblioteca Digital de la Universidad Católica Argentina, repositorio institucional desarrollado por la Biblioteca Central "San Benito Abad". Su objetivo es difundir y preservar la producción intelectual de la Institución.
La Biblioteca posee la autorización del autor para su divulgación en línea.

Cómo citar el documento:

Omena, Luciane Munhoz de. "As mulheres fictícias nas Metamorfoses, de Lúcio Apuleio: entre a ação e a conformação ao uni-verso masculinizado" [en línea]. *Stylos,* 17 (2008). Disponible en: http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/greenstone/cgi-bin/library.cgi?a=d&c=Revistas&d=mulheres-ficticias-metamorfoses-apuleio [Fecha de consulta: …..]

AS MULHERES FICTÍCIAS NAS *METAMORFOSES*, DE LÚCIO APULEIO: ENTRE A AÇÃO E A CONFORMAÇÃO AO UNIVERSO MASCULINIZADO

LUCIANE MUNHOZ DE OMENA*

Neste artigo enfocaremos as estratégias de afirmação social das mulheres através do romance *O asno de ouro*, de Lúcio Apuleio.[1] A fonte revela-nos, a partir de suas personagens, a atuação das mulheres como fruto da influência no matrimônio. Esta capacidade feminina de interferir na vida social contrariava o que parecia mais correto para Apuleio, partidário de uma forma de funcionamento mais tradicional do casamento. O autor madaurense mostra as

* Bacharela e Licenciada em História (UFOP), Mestra em História Social do Trabalho com ênfase em Política no século I. D.C. na UNICAMP sob a orientação do prof. Dr. Pedro P.A. Funari e Doutora em História Social com ênfase em Antigüidade Clássica na USP, sob orientação do prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. Professora efetiva na área de História Antiga na Faculdade Ciências Humanas e Filosofia (UFG).

[1] Utilizamos o conceito de estratégia no sentido figurado como sendo um cálculo e uma coordenação a longo prazo do conjunto de disposições e de medidas, as quais surgem como necessárias para se alcançar um resultado final procurado, passando pela oposição de forças adversas. Associada à conceitualização de estratégia, associa as ações femininas também pela teoria do individualismo metodológico, a qual implica na compreensão das causas individuais, que consiste em analisar as razões que levaram os atores sociais a fazer o que fazem ou a acreditarem naquilo em que acreditam. O indivíduo não é isolado em seu espaço, pelo contrário: está em relação com outros atores, os quais, tal como ele próprio, ocupa papéis sociais etc. (Véase BOUDON, R. *Sociologia*). A teoria o individualismo metodológico inspira vários teóricos, tais como: Pierre Bordieu (teoria da prática), Erving Goffman (no campo do sociointeracionismo), Raymond Boudon (teoria da metodologia da ação) e Jon Elster (no campo do marxismo analítico). Citemos algumas obras: BORDIEU, P. "Esboço de uma teoria da ação"; GOFFMAN, E. *La presentación de la persona en la vida cotidiana* e ELSTER, J. *Peças e engrenagens das Ciências Sociais*.

transformações vividas pela instituição matrimonial no que se refere ao lugar da mulher em seu interior. A historiografia, quase em um consenso, representa uma mulher subjugada ao poder masculino, à moda do que seria o casamento romano em seus moldes tradicionais. Apuleio, contrário ao discurso historiográfico contemporâneo, apresenta uma nova situação feminina no interior do casamento.

Como acontece com os diversos campos da pesquisa em História, os estudiosos do Mundo Romano têm apenas recentemente atentado à importância das personagens femininas para a compreensão do universo social. Este redirecionamento serviu para revisar algumas convicções produzidas por séculos de produção historiográfica que insistiu em afirmar que as mulheres não tinham qualquer participação no curso da História em função de sua posição dentro da estrutura social. A mulher, controlada pelos homens, limitar-se-ia a criar seus filhos para que, eles sim, fizessem a História. Toda a atuação feminina seria, dessa forma, completamente secundária e, por isso tudo, pouco digna de atenção. Os estudos mais recentes, ao valorizarem a participação da mulher no mundo social, têm colocado à luz a importância de sua atuação em vários níveis.

Contudo, no caso da Antigüidade Romana, temos especificidades as quais valem a pena ressaltar. Embora, nesse campo específico de estudos, a mulher tenha sido sempre vista como apêndice doméstico do homem, a qual raras vezes se subtrai à sua posição de *domina domi* e quando o faz, é para prejuízo do "bem público" (e.g. Agripina e Messalina). A Antigüidade Romana faz-se um caso à parte:

1. Em primeiro lugar destacaríamos a pobreza documental. Para nosso período, não há quase nenhum texto produzido por mulheres. As poucas exceções nos remetem, basicamente, a uma documentação fragmentária e de difícil interpretação, a qual foi trazida aos eruditos pelo trabalho dos arqueólogos (como as cartas da Bretanha e as intervenções parietais de Pompéia – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, IV). A fixação de uma "tradição clássica masculinizada" é produto, não só da documentação, mas também de uma modalidade específica de reconstrução do Mundo Clássico, iniciada no

Renascimento e que se mantém até hoje, a qual elegeu esse passado como paradigmático. O Mundo Antigo, nessa perspectiva, seria o berço e modelo de muito do que o Mundo Contemporâneo conhece e, como não poderia deixar de ser, tornou-se fundamental para essa perspectiva afirmar que as mulheres desse passado brilhante souberam ocupar seu devido lugar: um lugar fora da História.

Essa necessidade de revisão nos levou a produzir um recorte analítico que nos colocasse em contato com uma das convicções lapidares da historiografia tradicional em que o casamento seria utilizado pelos homens como mecanismo de anulação das mulheres nos campos: social, político e econômico. Nosso objetivo é tentar nos aproximar do casamento romano através de uma fonte literária e procurar identificar nessa instituição as negociações femininas, para sobrevivência e afirmação social.

2. O universo feminino em Roma tem sido tratado pela historiografia apenas recentemente. As interpretações as quais se têm produzido ainda não chegaram a consolidar pareceres significativos. Um dos poucos consensos é aquele que desenha mulheres como não sendo capazes de responderem por si. São apresentadas sempre como vinculadas a um elemento masculino que as conduz em suas ações mais cotidianas. Contudo, creio que este tipo de abordagem é, em si, pouco fundamentado na realidade vivida desta sociedade. O trabalho indicou que essa visão é derivada da aceitação do que rezam as normas legais como retrato da realidade. Nosso trabalho procurou ser mais sensível à regularidade do que ao regulamentar.

O estudo das mulheres na Antigüidade Clássica é moldado sob os parâmetros da submissão. As relações e ações femininas são banalizadas ao extremo. Esta tradição historiográfica apoia-se em uma aceitação unívoca da idéia de autoridade do *pater familias* como realidade concreta da vida familiar. De fato, segundo estas pesquisas, os homens reprimian suas mulheres com tanto êxito que não chegavam a ter qualquer tipo de negociação, as quais extrapolassem os limites dos costumes patriarcais. Examinemos alguns dos historiadores filiados a esta proposta, tais como: Paul Veyne, M.I. Finley e Aline Rousselle.

Paul Veyne[2] define o casamento romano como un ato privado e, por isso, sem intervenção do poder público: um ato não escrito, definido apenas por um contrato de dote. Além do dote, a instituição poderia oferecer a sucessão e a perpetuação do núcleo de cidadãos, contanto que estes fossem gerados pelas justas bodas, quer dizer, os descendentes deveriam ser legítimos. Embora tenha enfatizado o matrimônio, sua discussão centra-se na moral estóica, fundamentada na idéia de que o marido deveria oficialmente respeitar sua mulher, pois não seria mais um instrumento do dever cívico e sim, uma companheira. Contudo, tal mudança não a colocou em condição de tê-la alguma capacidade de afirmação, muito pelo contrário, restava-lhe continuar racional: conhecer sua inferioridade natural, obedecendo ao esposo e este, em troca, a respeitaria como um chefe respeita seus auxiliares devotados, os quais são seus amigos inferiores. A mulher não passava de um objeto da casa, uma menor governada pelo marido, da mesma maneira, como governava seus clientes e libertos.

Dentro desta mesma perspectiva, Finley[3] afirma que a análise das mulheres na Antigüidade é de difícil realização. Quase não há documentação. Aquela que existe mostra que as mulheres não teriam muito a dizer, se às próprias mulheres fosse permitido falar por si mesmas. É inconcebivel, nos parâmetros do autor, uma mulher que utilizasse estratégias de firmação social em um universo tão restrito. O pesquisador em questão propõe que as mulheres por não possuírem nomes individuais, não eram ou não deveriam ser indivíduos genuínos e sim frações de uma família.

Esse tipo de análise historiográfica que interpreta a grande maioria das Cláudias aceitando e defendendo seus homens por não conhecerem outro mundo, é compartilhado igualmente por Rousselle:[4] as mulheres não contavam sequer como unidades, apenas no século III d.C. Diocleciano teria ordenado o recenseamento de toda a população do Império a fim de cobrar impostos.

---

[2] VEYNE, PAUL. *História da Vida Privada: do Império Romano ao Ano Mil.*

[3] FINLEY, M.I. *Aspectos da Antigüidade.*

[4] ROUSSELLE, ALINE. *Pornéia: sexualidade e amor no mundo antigo.*

Rousselle sustenta que as mulheres das camadas favorecidas e as da alta sociedade eram educadas para a continência sexual no futuro –depois de terem gerado três filhos– fazendo com que ignorem o seu corpo e o seu próprio prazer. Esta prática da continência da classe alta acabaria por converter-se em sinal da sua distinção. Logo, não haveria lugar para escolha: uma mulher não escolhe o celibato, não escolhe o casamento, a maternidade e nem sempre escolhe sua nova união depois de viúva.[5]

Tais autores apresentam a mulher submissa em tudo aos homens. Quando não é submetida pelos homens, é malévola para eles. O estudo dos vínculos matrimoniais romanos tem dado ênfase a três aspectos bem restritos dentre aquelas passíveis de análise. Quase todos os autores têm se debruçado sobre as famílias mais importantes do Mundo Romano, em especial, aquelas que se compunham dentro de ambiente palaciano imperial. Quando não, a preocupação analítica recaí sobre a estrutura jurídica do casamento (sua realização, dissolução e gestão do dote). Por fim, a terceira preocupação fundamental dos estudiosos volta-se ao problema da idade com que as mulheres se casavam.

A nossa preocupação difere dessas predominantes. Observamos que a família, a qual se constitui como um importantíssimo núcleo de poder pode ser uma alternativa usada pelas mulheres para levar a cabo um artifício que lhes assegure maior autonomia social. Como afirmamos anteriormente, nossa pretensão é trazer à luz as aspirações e negociações desenvolvidas no âmbito do casamento pelas mulheres ficcionalmente construídas por Apuleio. Para

[5] Grimal, contrário a esta perspectiva, faz a seguinte alusão à condição feminina: "Durante muito tempo elas permaneceram submissas, mas, depois que várias maternidades aumentavam seu prestígio, quando chegavam à maturidade e viam-se livres da ciumenta ascendência das parentas mais velhas, sua desforra era fulminante. Nesse momento os maridos, que por muitos anos tinham dominado sua juventude, tornavam-se vítimas dessa revolução doméstica." (GRIMAL, P. *O Amor em Roma*, p. 99) Em estudos mais recentes consultar o trabalho da historiadora Maria de Lourdes Feitosa, que utiliza o *Corpus Inscriptionum Latinarum* para analisar a questão do gênero na cidade de Pompéia ("História, gênero, amor e sexualidade: olhares metodológicos". *Revista do Museude Arqueologia eEtnologia da USP* (São Paulo). 2003; 13: 101-115. Y de la misma: *Amor e sexualidades: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia.* São Paulo: Annablume, 2005).

tanto, dividiremos a argumentação em dois itens: 1. O casamento romano no século II d.C. e 2. As mulheres ricas e suas negociações matrimoniais e finalmente, apresentaremos nossas conclusões gerais, procurando resumir as idéias as quais construímos ao longo do texto.

1. O CASAMENTO ROMANO NO SÉCULO II D.C.

O casamento romano foi uma de das instituições mais respeitadas e valorizadas. Por quê? O casamento, no universo das elites, envolvia práticas de aliança entre as famílias, tanto em Roma quanto nas províncias. A partir dele surgiram uniões familiares em busca de alianças políticas e a procriação garantia a continuidade da família. O casamento podia propiciar ainda o aumento do dote para a mulher e sua abertura rumo a uma maior autonomia social, o que contradiz a historiografia a qual menciona uma mulher submissa ao poder do pai ou do esposo. A mulher foi apresentada como um ser inteiramente passivo e controlado pela face masculina do universo familiar. No universo popular, encontramos a mesma valorização do casamento, mas com algumas características peculiares. A necessidade econômica, as más condições de moradia e o fato de trabalharem para viver, tornavam-nas, se comparadas às mulheres ricas, mais emancipadas. Isto proporcionava objetivos matrimoniais distintos em ambas às categorias.

O casamento no século II d.C. funcionava como uma forma de "aquisição de bens" pelas mulheres nobres e uma forma de perpetuar as famílias tradicionais. Enquanto as mulheres pobres, as quais não possuíam avultados recursos ou tradição familiar, sua função será diversa, sem que, por isso, perca sua importância. Entretanto, a historiografia praticamente não trata do casamento entre as camadas sociais subalternas.

Una marca desses múltiplos usos sociais do matrimônio é a existência de três modos diferentes que levavam a mulher à *manus* do marido: a *confarreatio* – era a forma mais antiga e consubstanciava uma união religiosa. Nela era oferecida, pelos esposos, um bolo de espelta a Júpiter na Cúria em presença do sumo pontífice e do sacerdote do deus supremo, o *flamen dialis* e

dez testemunhas. Só em casos muito raros podia ser dissolvida essa união, produzindo a chamada *diferreatio*. Uma segunda forma era o *comptio*: uma venda simulada da mulher, em que o pai "emancipa" a filha ao marido. E, por fim, havia o *usus*, que, após a coabitação ininterrupta de um ano, produzia os mesmos efeitos legais das outras duas formas. Essas formas variavam muito, de acordo com a época e a situação social dos nubentes.

Mas, independentemente da forma pela qual se realizava o casamento e da situação social dos nubentes, a união matrimonial encerrava alguns elementos que lhe davam importância em geral. Podemos sintetizá-los a partir de duas morais que se complementam: casar-se é um dever cívico e quem quer ser um homem de bem só deve fazer amor para ter filhos; o estado do casamento não serve aos prazeres venéreos. Isso nos remete a própria preocupação de Augusto com a relutância da aristocracia em produzir descendentes legítimos.[6] Pois, na verdade, o casamento era uma instituição fundamental, da qual dependia a estructura de propriedade. Garantia a manutenção do culto familiar e da instituição da cidadania, as quais exigiam uma sucessão regular de descendentes legítimos.

O casamento assegurava a estabilidade política, na medida em que se formavam as uniões entre as famílias e ao mesmo tempo, garantia a continuação delas, segundo os padrões tradicionais. Apesar dessa noção do casamento incluir essa esfera do interesse público, ele se constituía em uma instituição privada e nenhum poder público podia sancioná-lo.

A capacidade de intervenção e controle do Estado era mínima. O casamento comportava ainda um sentido semi-público, pois havia um consentimento da família e da comunidade, conforme o caso, como testemunhas. Isso ocasionava um potencial conflito entre os interesses do núcleo familiar, das famílias das quais provinham os cônjuges e do estado, pois, não podiam interferir em uma instituição privada.[7] Apesar disso, as famílias dos cônjuges possuíam um grande poder de influência na escolha desses contratos. Era a partir deles que se concretizavam os casamentos. A

[6] FINLEY, M.I., ob. cit.

[7] VEYNE, P., ob. cit.

julgar pelos juristas, o casamento era uma associação total concluída entre dois seres em sua realidade divina e humana. Para existir, era preciso que o marido e a mulher tivessem o mesmo nível; o mesmo valor aos olhos dos deuses e dos homens. Isso pressupunha a intervenção de juízos que estão para além do nível privado.

Essa idéia pode ser confirmada no livro V de Apuleio em que a deusa Vênus irrita-se com a desobediência de seu filho Cupido, por não ter levado a morte a Psiquê e sim tê-la desposado-a. Por causa disso, utilizou-se de seu poder para separá-los, até que Psiquê cumprisse as tarefas impostas e pudesse tornar-se deusa. Este episódio do romance evidencia a influência da mãe e da comunidade divina para a união entre iguais. No mundo dos homens, não mais existiam as proibições de casamento entre o rico e pobre livre, mas a perpetuação dos costumes, os quais foram transmitidos de geração a geração em prol das alianças políticas e das próprias linhagens patrimoniais. Por isso que, aos filhos de senadores eram proibidas as uniões com escravas, libertas, prostitutas, proxenetas, atrizes e suas filhas, etc. Isso porque o casamento não era apenas fundamento de um lar, mas envolvia igualmente decisões dinásticas para entrar na carreira pública ou permanecer na vida privada aumentando o patrimônio. Reforçando este olhar contratual, tinha a família como algo a ser venerado, devido a sua sagrada importância. Dentro dos domicílios gerados pelos casamentos estão seus altares, seus cultos privados, seus ritos e cerimônias. A partir desses pressupostos, os defensores dos costumes tradicionais tentavam buscar os princípios da antiga família.

Os conflitos que a própria questão patrimonial trazia com o divórcio, um dos princípios motores dessa busca. Esta temática era relevante no momento que se percebe que o casamento era uma forma de aquisição de bens, em especial no caso da mulher, pois, no decorrer da união, o dote que se restringia ao universo dos ricos, como algo significativo, podia aumentar e a mulher enriqueceria. O divórcio era comum a ponto de tanto homens quanto mulheres poderem praticar o ato do repúdio. Era necessário somente avisar o homem ou a mulher da separação. Alguns autores apontam que

> as mulheres também repudiavam os maridos e, após ditar-lhes sua lei

> sem piedade, os abandonavam sem escrúpulos, como a volúvel esposa de Juvenal nos apontou com o dedo e que no espaço de cinco outonos colecionara cinco maridos, ou a Telesina, denunciada por Marcial, que trinta anos após a restauração das leis julianas por Domiciano, casou-se pela décima vez.[8]

Isso proporcionava, para a mulher, um aumento em sua riqueza, daí a grande quantidade de divórcios no século segundo da nossa era. Assim a historiografia indica que a diminuição do adultério, não se devia às severidades de uma legislação intermitente, mas, ao contrário, às facilidades do divórcio, que, de algum modo, o legitimou por antecipação. Enquanto, para os homens, segundo Grimal, o dote não acrescentava nada a sua riqueza, mas constituía uma simples compensação com acréscimo de encargos com a chegada de uma jovem a sua casa. A este pesado encargo, Apuleio explicita no livro II, mais um risco. No conto narrado por Telifrão, a esposa, junto com seu amante, envenena o seu marido para apoderar-se da herança. Isto é, uma resistência masculina ao casamento, pois este era visto como un transtorno. Por esses motivos, para os homens, o casamento era interessante por dois aspectos: primeiro, cumprir o dever cívico e, com isso, gerar descendência legítima e, em segundo, angariar benefícios com as alianças políticas.

Se para os homens o casamento era visto somente como uma obrigação, segundo a historiografia, a situação feminina era ainda menos animadora: a esposa não passava de um dos elementos da casa assim como os filhos e libertos.[9] Em suma, a mulher, enquanto solteira vivia sobre o poder do pai e ao casar do marido. A mulher, assim, seria produto necessário da *patria potestas*, sem autonomia, sem volição.

Esse processo de uma suposta submissão das mulheres definia-se na condição matrimonial vista como existente apenas para geração dos filhos por dois motivos: primeiro em função da questão sucessorial e segundo para o cumprimento do dever cívico. Isto fazia com que a relação do pai com seus

---

[8] CARCOPINO, J., *Roma no Apogeu do Império*, p. 104.

[9] VEYNE, P., ob. cit.

filhos nem sempre fossem amáveis. Em especial, no caso das filhas que não tinham direito nem pela sua vida, não conseguiam de maneira alguma influenciar seus pais. Isto merece ser destacado.

Um exemplo disso encontra-se no livro V. O rei, pai de Psiquê, seguindo a orientação de um oráculo, ordenou entregá-la à morte. Ele o fez sem derramar uma lágrima. Por seu lado, as mães não fugiam muito à regra. Tinham filhos contrariamente à sua vontade. Faziam-no porque era um dever cívico. Além disso, a criação dos filhos ficava, em geral, a cargo de escravos domésticos, dirigidos pela avó paterna. Apesar das limitações que lhe impunha a ordem tradicional, a esposa podia ganhar um espaço nas discussões a respeito de seus destinos. Suas chances de intervenção eram maiores com o marido do que seria possível com o pai. Na casa deste, não cabia a ela a organização doméstica. Permanecia em posição secundária pelo fato de não poder gerar filhos legítimos. Esse segundo dado talvez seja o mais importante. O poder realizar a procriação dava à mulher um poderoso instrumento de afirmação. Por meio dele, a esposa sempre procurava obter vantagens em nome da fertilidade.[10]

Sendo assim, como pensar em uma mulher subjugada ao poder do esposo, se é evidente sua autonomia? Há no livro II de Apuleio, uma personagem chamada Birrena. Ela é casada e tem quase total autonomia dentro de seu lar. Mantém sob seu controle toda a organização doméstica: chega ao ponto de ser responsável pela realização de uma festa. Outro traço de sua influência é o papel ativo que o autor lhe dá no desenrolar da trama, enquanto seu marido é deslocado a um plano secundário.

Dessa forma, o que há de se definir, primeiramente, é a extensão da autonomia, pois a historiografia a subestima; tomando por base fundamental os preceitos legais. Acatando-se o direito como reflexo do vivido, realmente a mulher era submissa, pois não tinha uma atuação legal nas instituições romanas. Mas creio que há um equívoco em tomar isso como algo em si, como decisivo. A mulher tinha uma larga influência dentro de sua casa. A própria condição biológica a levava a alguma autonomia ao menos potencialmente,

[10] GRIMAL, P., ob. cit.

isto é, ter filhos na sociedade romana significava alianças familiares e legitimidade pública. Além do que, a organização doméstica lhe assegurava uma abertura e expansão do universo masculino.

Há de se salientar que o mundo romano no século II possuía duas forças extremas, a saber: algunas mulheres tendiam a aceitar as sanções sociais masculinas e outras, buscavam estratégias de afirmação feminina. E não em um movimento feminista. É perceptível, em toda a obra de Apuleio, a continuidade de ações femininas individualizadas, não organizadas, no cotidiano de cada personagem. Além disso, esse aspecto permite uma melhor avaliação do valor da obra como fonte, isto é, faz a reconstrução da realidade vivida de cada camada social.

Diante desse quadro, há outro aspecto que importa avaliar: a infidelidade. Esta tinha grande significação para o casamento. As mulheres, ao saírem de suas casas, ao arranjarem amantes, negligenciavam seus deveres de esposa e de mãe, de dona de casa: a independência de que desfrutavam então as mulheres romanas levaram freqüentemente à licença em seus costumes e por sua libertinagem, à dissolução dos laços familiares. Isso, normalmente, foi registrado por escritores do principado, tais como Tácito, Tito Lívio, Apuleio. Esses autores queixavam-se dessas mulheres, as quais tentam desprender-se desta antiga tradição, lembrando com saudades das mulheres honestas dos primeiros tempos de Roma. Foi uma tentativa de moralização da sociedade, principalmente da elite.

No caso de Apuleio, no livro II temos o relato do caso de uma mulher que, junto ao seu amante, envenenaram o marido para conseguir a herança. Provavelmente, ela não optou pelo divórcio, pois sairia somente com o valor do seu dote e com algum acréscimo a ele. Daí a indignação do autor contra essas habilidades, as quais ocorriam no real cotidiano dos romanos. Então "a envenenadora" possuía ou não alguma autonomia? Certamente.

Além do que, essas mulheres na grande maioria tinham erudição o suficiente para se situar socialmente com tanta pertinência quanto seus companheiros. Assim, o próprio Apuleio faz uma crítica à personagem Birrena justamente por ser casada e ter uma total liberdade perante seu marido. A administração doméstica está a seu cargo. A festa que é promovida em sua

casa é organizada por ela, os comensais são convidados por ela. A sua própria desenvoltura junto aos comensais demonstra que tem uma boa erudição. Digo isso porque muitas mulheres da elite realizavam estudos eruditos, conheciam a retórica, tinham o costume de estudar os gregos na filosofia, na matemática, na retórica e tinham acesso também à *República* de Platão, que propunha a abolição do casamento e a instituição da poligamia.

Apuleio descreve no livro II a personagem Panfília, a qual se utilizava das artes mágicas para a conquista de seus amantes. Isso nos remete a três pontos negativos: usar a feitiçaria por motivos tão baixos quanto à infidelidade, deixar os afazeres de dona-de-casa confiando-lhes a uma escrava (Fótis) e até dando-lhe autonomia, a ponto de decidir sobre os seus próprios vínculos amorosos; por último a concepção de que os romanos tinham contra o adultério, de que poderia causar a interrupção sangüínea da tradição e ao mesmo tempo afetar moralmente o considerado "sagrado lar".

Uma instituição tão valorizada quanto a casamento não poderia ser ignorada pelas mulheres, nem deixar de se constituir elemento fundamental da estratégia feminina de afirmação. Contudo, o casamento não encerrava todas as possibilidades de busca de maior autonomia pelas mulheres. Existiam outras formas. É isso que nos indica, por exemplo, o caso da Méroe, a qual mantinha uma total autonomia em relação aos homens. Era estalajadeira e também possuía um saber técnico: a feitiçaria. Mesmo não constando o seu estado civil, mantinha sob seu controle toda a província, quando se tratava de perseguir algum desafeto.

2. AS MULHERES RICAS E SUAS ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS

Nessa parte de nosso artigo pretendemos realizar o examen da condição da mulher no romance de Apuleio, que nos apresenta uma série de personagens de condições sociais muito variadas. Para ordenar as personagens que mais nos interessavam, separamo-las para fins de análise conforme sua condição social. No momento que as dividimos entre pobres e ricas temos uma grande possibilidade em descobrir o que as ligavam de maneira geral, apesar

de terem vidas socialmente diferentes. Outrossim, podemos notar através da comparação entre pobres e ricas que não havia uma "mulher romana". Conforme a condição social da personagem suas estratégias se alteram. Diversamente do que indica a historiografia, há uma multiplicidade de condições e estratégias femininas, as quais são mostradas no romance apuleiano.

Como não aparece uma única mulher romana, não nos é mostrada no romance uma alternativa coletiva de afirmação social. Na Antigüidade Clássica não havia um movimento feminista, mas ações isoladas que tendiam ao fortalecimento feminino ou masculino. Neste momento trataremos apenas de duas personagens ricas do romance, com o objetivo de compreender a sua condição social e os tipos de estratégias de afirmação social adotados por cada uma delas. São elas: Panfília e Birrena.

Lúcio, o narrador, ao fazer uma viagem de negócios à Tessália, foi recomendado por seu amigo Deméias a hospedar-se na residência do senhor Milão. Este era um homem muito rico, mas de extrema avareza. Panfília é apresentada como esposa do hospedeiro da seguinte forma: "tem, uma esposa, companheira da sua calamitosa existência" (Livro I, XXI).

Panfília vivia em relativo isolamento social, apesar de ser rica. Seu marido, além de avarento, era endinheirado: "É lá que mora o teu Milão um homem que possui haveres em abundância, mas desacreditado por sua extrema avareza e sua sórdida baixeza" (ibíd.). A situação de Panfília era financeiramente cômoda pelo fato dela se associar à fortuna do marido pelo casamento. Isso ilhe proporcionava o ócio. Ela não precisava se ocupar dos filhos, pois não os tinha. Utilizava seu tempo praticando a arte mágica, a qual lhe servia como uma forma de exercitar e ampliar sua autonomia. Seu marido desconhecia que era uma feiticeira, embora toda a cidade o soubesse. Quando Lúcio encontra a personagem Birrena, é advertido: "Guarda-te, guarda-te energicamente dos perigosos artifícios e da criminosa sedução dessa Panfília" (Livro II, V). A maga mantinha sobre a cidade alguma proeminência, ainda que sob a base do medo. No livro II, Apuleio volta a condenar Panfília pela boca de Birrena:

> Reparando num moço bonito e bem-feito, atraída por sua beleza, não tira dele mais nem os olhos nem os pensamentos [...]. Mas aqueles que se mostram morigerados, e que, por seus desdéns, incorrem em seu desfavor, num instante ela os transforma em pedras, em carneiros, em quaisquer animais, sem falar daqueles que simplesmente suprime. (Livro II, VI)

Frente ao marido assumia uma postura passiva, aliás, este lhe devotava certa desatenção. Em outro excerto, temos o seguinte diálogo doméstico:

> Que chuva abundante teremos amanhã! [Diz Panfília]. E como o marido lhe perguntasse como sabia, ela respondeu que era sua lâmpada que lho predizia. A estas palavras, riu-se Milão, dizendo: Que famosa Sibila mantemos na pessoa desta lâmpada: do alto do seu candelabro, como de um observatório, ela contempla tudo que se pasa no céu, e o próprio Sol. (Livro II, XII)

Os romanos acreditavam na eficácia da magia. A concepção mágica do universo faz uso de leis de aplicação universal e não se limita às coisas humanas. A religião se separa da magia, pois aquela responde pela crença em seres sobrenaturais, os quais regem conscientemente o mundo de acordo com sua persuasão. Enquanto, a magia presupõe que o curso natural não está determinado por ações de seres personificados, mas sim por operações de leis imutáveis. O mágico conhece essas leis e delas pode tirar proveito. A prática mágica é uma intervenção humana no cotidiano. O que faz a mágica é a intervenção do mágico nas leis naturais.[11]

[11] Uma "feitiçaria, entendida como o suposto poder que alguns homens, por efeito de qualidades ou técnicas inatas, herdadas ou adquiridas, podem exercer sobre outras, integra-se num conjunto ideológico mais vasto, numa teoria mais ou menos explícita da força e do poder que pode, evidentemente, apresentar grandes diferenças de um sistema social para outro" (SILVA, G.B. *Reis, santos e feiticeiros:* ..., p. 153). Consultar: OGDEN, D.; LUCK, G.; GORDON, R.; FLINT, V. *Bruxaria e Magia na Europa:* ...

Apuleio critica a utilização da magia para a conquista de fins particulares. As leis naturais são universais e, por isso, não se devia intervir junto a elas para a realização de interesses privados. Há uma incompatibilidade entre o significado da magia enquanto sistema religioso e saber técnico no plano vivido. O primeiro possui uma conotação de serenidade, respeito para com a divinidade e *status* social ao sacerdote responsável pela prática do ritual mágico. No livro XI, há uma passagem em que a deusa Ísis conversa com o protagonista, Lúcio: "Presta atenção às ordens que vais receber de mim, uma atenção religiosa" (Livro XI, V). Enquanto, o saber técnico, refere-se ao uso dos preceitos para ações cotidianas fúteis, como: previsões para bons dias de viagens, conquistas pessoais e até charlatanismo.

Panfília aproxima-se da magia como saber técnico, não dependente da intervenção de um deus. Apuleio constrói a trama em que Panfília atua de forma a colocar essa mulher em uma situação de irresponsabilidade frente aos segredos da magia. Ela não possuiria o censo de responsabilidade necessário para tanto. A escrava de Panfília, Fótis, lamenta-se: "Nós já somos mal vistas na cidade, como gente dada a ciência dos maleficios" (Livro III, XVI).

Nesse mesmo livro, Panfília usa dos cabelos do moço para fazê-lo apaixonar-se por ela. A maga faz uso de das leis naturais para se beneficiar e não para algum propósito de interesse geral. Ainda mais, é auxiliada por uma mulher ainda menos responsável que ela própria. Não fosse assim. Lúcio não teria sido transformado em asno. O autor madaurense demonstra-se contrário a esse tipo de utilização da magia. Mas há de se notar que é graças a ela que Panfília tem alguma autonomia. Através das artes mágicas pode atuar para além do que lhe reservaria a vida no lar. Atacando o uso da magia para a conquista de amantes, Apuleio crítica a autonomia de Panfília. Esta personagem diferencia-se das outras do mesmo nível social –Birrena, Psiquê e Caridade– porque tinha certo tipo de "atividade", a magia, que lhe proporcionava autonomia perante a cidade e o esposo. Apuleio critica a maga Panfília e a põe como um modelo a não ser seguido: tanto pelas matronas da província, quanto da cidade de Roma.

Como fizemos com Panfília, iniciaremos a análise da personagem

Birrena, para perceber sua colocação no universo narrativo. Birrena surgiu no romance após a chegada de Lúcio, em Tessália. O protagonista faz a seguinte afirmação: "Enquanto vagava de porta em porta, como um homen adoidado ou bêbado, eis-me, de súbito, sem ter percebido, no mercado, pelo qual passava nesse instante uma mulher, seguida de numerosa famulagem" (Livro II, II). Esta mulher era para ele, inicialmente, uma estranha. O que chamou a atenção de Lúcio foi sua riqueza. Além da vasta clientela que a seguia, o narrador ainda refere ao "engaste de ouro de suas pedrarias e os fios de ouro com que estavam entrançados os seus vestidos, anunciavam uma pessoa de categoria" (ibíd.). Lúcio, ao longo da ação, será reconhecido como um parente distante dessa rica mulher. Un ancião, que acompanhava Birrena, identifica o vínculo de parentesco. Birrena toma a iniciativa de se apresentar a Lúcio. Segundo ela: "não há diferença entre nós senão a posição social, pois tua mãe desposou um alto personagem, e eu um simples cidadão. Eu sou essa Birrena cujo nome não te lembras talvez de ter ouvido pronunciar entre aqueles que te educaram" (Livro II, III).

Na citação acima, temos uma afirmação que coloca em comparação a posição social de Birrena e a da mãe de Lúcio. Primeiro Birrena diz a Lúcio que a mãe dele possuía *status* ainda mais elevado do que o dela, pois sendo da mesma família, havia casado com um homem importante, enquanto, ela não.

Recuperemos o argumento que Apuleio utiliza para construir essa passagem. A mãe de Lúcio se casa com um homem mais bem situado socialmente do que ela própria. Com isso, eleva-se a um círculo de relações sociais mais prestigiados do que aquele em que vivia como solteira. Portanto, para a mãe de Lúcio o casamento serviu como uma forma de promoção social. Já no caso de Birrena, as coisas se passam de modo diverso. Casa-se com alguém sem uma posição social mais elevada que a sua. Birrena fica no mesmo patamar em que estava quando solteira. Analisando o discurso de Apuleio, percebe-se como o casamento funcionava enquanto estratégia de afirmação feminina. Por meio dele, podia-se elevar sua posição social, ou mantê-la-estável.

Comparada a Panfília, Birrena apresenta outra utilização da sociabilidade

proporcionada pelo casamento. Panfília utiliza a magia sua principal forma de afirmação. Birrena tem sua estratégia centrada nas atividades sociais que conduz a partir de sua casa. O que cria sua posição de *domina domi* é o fato de ser casada e ter de se incumbir da administração doméstica. É dessa autonomia de dentro da casa que Birrena procura estabelecer sua independência fora do lar.

Friedlander, a nosso ver de forma exagerada, chega a sustentar que a posição da mulher dentro da sociedade romana era de independência, como aquela que tinha com respeito às ocupações de dentro da casa.[12] Birrena é uma mulher muito bem sucedida na realização do que Friedlander imaginava como corriqueiro. Como mostra disso, citamos a condição eclipsada em que vive seu cônjuge. Ele não é nomeado no romance e parece sem qualquer ação no nível doméstico. Temos outro exemplo quando Birrena, ao dar uma festa, elege os convidados, os recepciona e dirige o convívio ao longo do banquete. Estas funções domésticas de caráter social são assumidas pelo elemento feminino do casal. Donde concluímos, em concordância com Pierre Grimal, que duvidava de que o casamento servisse como "o princípio que excluía as mulheres da vida civil."[13]

Friedlander faz da esfera doméstica e da pública uma única coisa. Daí sua percepção de que a autonomia doméstica propiciaria a liberdade civil. Grimal apresenta uma perspectiva de entendimento diversa. Para ele, a esfera doméstica é um espaço de sociabilidade entre vários outros de que a mulher participa. O fato de a mulher ter alguma autonomia em casa impossibilita que ela seja vista como quem não tenha nenhuma liberdade. Nossa perspectiva é fundada nessas duas anteriores, mas se diferencia um pouco delas. A mulher atua em vários espaços sociais. O espaço doméstico é um em que ela é indispensável. Tem, portanto, em casa um papel destacado. A partir da proeminência social do nivel doméstico, a mulher pode se impor em outros

[12] FRIEDLANDER, L. *La Sociedad Romana: Historia de las Costumbres en Roma desde Augusto hasta los Antoninos.*

[13] GRIMAL, P. *O Amor em Roma*, p. 204.

espaços de sociabilidade. Mas isso não se faz por si. Depende de uma atuação feminina positiva. Panfília tinha um tipo de estratégia de afirmação, Birrena outra.

Un elemento fundamental da atuação de Birrena é a consolidação de relações sociais que, centradas na sociabilidade doméstica, superem os limites do próprio lar. Birrena tenta conquistar o título de mãe de Lúcio. Ela pergunta ao sobrinho: "O que esperas [...] para te aproximares e saudares tua mãe?" (Livro II, III). A pretensão deriva do fato de a mãe biológica de Lúcio ser "irmã de sangue e de alimentação" de Birrena. Causa estranheza que Lúcio sequer conhecesse o nome de Birrena, até o dia em que a encontra. Donde se pode suspeitar que Birrena procure forjar o vínculo por crê-lo proveitoso para si, quer por Lúcio gozar de uma alta posição, quer por ser o vínculo filial adequado à figura de uma matrona.

O intento de Birrena é bem sucedido à medida que também interessava a Lúcio essa aproximação. Pois, aproximando-se de Birrena, colocava-se na alta sociedade de Tessália. O seu hospedeiro Milão excluía-se das relações sociais. Por isso lhe interessava aproximar-se de Birrena, detentora destas relações. É o que vemos quando Birrena convida seu filho adotivo para um jantar em sua casa. É o próprio Lúcio que descreve o nível dos convivas: "Ali encontrei um grande número de convidados e como seria de esperar em casa de tão grande senhora, a flor da cidade" (Livro II, XIX).

Apuleio, a longo do episódio, faz somente a estratégia de aproximação de Birrena parecer condenável. Lúcio, embora objetivando os mesmos fins e utilizando os mesmos meios não recebe o mesmo tratamento. Birrena, ao buscar ativamente a aproximação com Lúcio, escapa ao ideal de Apuleio de recato feminino. Ela sai à rua, procura as pessoas, convida-as a vir a sua casa. Enfim, não fica fechada em sua casa esperando seu marido. Apuleio condena essa mulher pela auto-suficiência que gozava. O autor procura um "retorno" ao pátrio poder, ou melhor, à condição político-matrimonial dita tradicional. Muitos historiadores, contudo, não concordam com a análise que propomos. Para muitos, a mulher que Apuleio desejava reabilitar, nunca deixou de existir.

A nosso ver, temos na lógica da ação da personagem Birrena um dos

modelos da atuação feminina no universo romano. Ela se coloca em uma posição de relativa autonomia. Todo o espaço do mundo doméstico é ocupado por ela. A partir de sua casa, na qual é *domina*, procura se afirmar no universo social que a cerca. O relato de Apuleio não faz parecer que Birrena fosse um tipo extraordinário. A historiografia tenta, contudo, ignorar essa posibilidade de atuação feminina, insistindo em apresentar o modelo matrimonial –e a posição feminina no interior desse– inalterada ao longo do tempo. Apuleio, ao recriminar as atuações femininas que conduziam a uma maior independência, procurava fazer com que se retornasse a um casamento tradicional, que já não existia de forma hegemônica.

O romance de Apuleio é um documento que mostra as transformações as quais estavam ocorrendo na sociedade provincial romana. As mulheres, parte integrante da sociedade, não foram poupadas das mudanças gerais, as quais foram vividas ao longo dos séculos. A análise dos casos de Panfília e Birrena mostra que ocorreram, em relação ao casamento romano dito tradicional, inúmeras mudanças. Mais do que isso, que essas mudanças não se deram de forma monolítica, unilinear, mas geram uma infinidade de alternativas.

CONCLUSÃO

Ao estudarmos as imagens produzidas neste romance, deparamo-nos com diversas ações femininas no cotidiano, as quais despertaram nos homens insatisfações. Isso os faz relembrar com saudades das mulheres antigas. Birrena e Panfília representam posturas mais autônomas, a negação dos valores tradicionais, isto é, aqueles que visavam à manutenção da mulher como suplemento doméstico do homem.

Os homens romanos consolidaram nas leis, as quais regulavam o matrimônio seu desejo de manter sob controle as mulheres. Tentaram excluí-las de todos os meios sociais e até mesmo, afastá-las da História. As romanas, ao desempenharem seu papel no casamento, fizeram-no em atenção a seus interesses. Com isso, transformavam o casamento profundamente com relação

à norma legal sem desrespeitá-la frontalmente. Enfim, se utilizaram dos mecanismos de opressão para escapar ao controle.

BIBLIOGRAFIA

A) FONTE DOCUMENTAL

D'APULÉE. *L'asne d'or*. Trad. de Victor Bétolaud. Paris: Garnier Frères, 1891.

B) BIBLIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

ALFÖLDY, G. *História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ARIÈS, PHILIPPE; BÉJIN, ANDRÉ (orgs). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo. Brasiliense, 1986.

BOUDON, R. "Ação". In: BOUDON, R. *Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BORDIEU, P. "Esboço de uma teoria da ação". In: ORTIZ, RENATO. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

CÂNDIDO, ANTÔNIO. "A personagem do romance". In: *A personagem da ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CARVALHO, M.M.; GONÇALVES, A.T.M. "Mulher romana e o casamento na obra de Apuleio". *História*. Vol. 12. UNESP, 1993.

CARCOPINO, J. *Roma no Apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORBIER, MIREILLE. "Les comportaments familiaux de l'aristocratie romaine". *Annales: Économies, Sociétés, Civilisation*. 1987; 6:

CUATRECASAS, ALFONSO. *Erotismo no Império Romano*. Trad. de Graziela Rodriguez. Rio de Janeiro: Record, 1997.

DUBY, GEORGES; PERROT, MICHELE (orgs). *História das Mulheres*. Lisboa: Afrontamento, 1990.

ELSTER, J. *Peças e engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FEITOSA, LOURDES M.G. CONDE. "História, gênero, amor e sexualidade: olhares metodológicos". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP* (São Paulo). 2003; 13: 101-115.

———— *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume, 2005.

FINLEY, M.I. *Aspectos da Antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FRIEDLANDER, L. *La Sociedad Romana: Historia de las Costumbres en Roma desde Augusto hasta los Antoninos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1947.

GOFFMAM, E. *La presentación de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.

GRIMAL, P. *A Civilização Romana*. Lisboa. Edições 70, 1984.

———— *O Amor em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LISSARRAGUE, F. "A figuração das mulheres". En. DUBY, GEORGES; PERROT, MICHELE (eds). *A História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990.

OGDEN, D.; LUCK, G.; GORDON, R.; FLINT, V. *Bruxaria e Magia na Europa:* Grécia Antiga e Roma. Trad. de Marcos Malvezzi Leal. São Paulo: Madras, 2004.

PANTEL, P. SCHMITT. "A história das mulheres na história da Antigüidade, hoje". En. DUBY, GEORGES; PERROT, MICHELE (eds). *A História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990.

PETIT, PAUL. *La paz romana*. Barcelona: Labor, 1969.

ROSENFELD, ANATOL. "Literatura e personagem". En: *A personagem da ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

ROUSELLE, ALINE. *Pornéia: sexualidade e amor no mundo antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

———— "A política dos corpos: entre procriação e continência em Roma". En: DUBY, GEORGES; PERROT, MICHELE (orgs). *História das Mulheres*. Lisboa: Afrontamento, 1990.

SALLES, CATHERINE. *Nos Submundos da Antigüidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, G.V. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da Basiléia (337-361)*. Vitória: Edufes, 2003.

SHEID, JOHN. "Estrangeiras indispensáveis: os papéis religiosos das mulheres em Roma". En. DUBY, GEORGES; PERROT, MICHELE (eds). *A História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990.

THOMAS, YON. "A divisão dos sexos no direito romano". En. DUBY, GEORGES; PERROT, MICHELE (eds). *A História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990.

VEYNE, PAUL. *História da Vida Privada: do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RESUMO: Este artigo visa à análise das estratégias de afirmação social das mulheres no século II d.C. no romance *O asno de Ouro*, de Apuleio. A escolha do tema proposto se efetivou após a apresentação de vários estudos historiográficos que atribuíam à mulher o papel de um mero objeto decorativo da casa, sem qualquer significação social. Apuleio, contudo, revela-nos uma preocupação excessiva com o declínio da instituição matrimonial em função da emancipação feminina. Para tanto, escolhemos algumas personagens como Panfília, Birrena, Fótis e Méroe, as quais representam o universo feminino na sociedade romana provincial.

Palavras-Chave: Mulher; Poder; Estratégia Social.

RÉSUMÉ: Cet article a pour but d'analyser des stratégies d'affirmation sociale des femmes dans le siècle II d.C. dans le roman *L'âne d'or*, d' Apulée. Le choix du sujet proposé s'est accompli après la présentation de plusieurs études

historiographiques qui attribuaient à la femme le rôle d'un simple objet décoratif à la maison, sans aucune signification sociale. Néanmoins Apulée nous révèle une préoccupation excessive avec la baisse de l'institution matrimoniale en fonction de l'émancipation féminine. Pour cela, nous choisissons quelques personnages comme Panfilia, Birrena, Fótis et Méroe, qui représentent l'univers feminin dans la société romaine provinciale.

Mots-clé: Femme; Pouvoir; Stratégie Sociale.